

Carta do Rio reivindica Constituinte

Dos Sucursos

No Rio, 51 deputados estaduais fluminenses assinaram a "Carta do Rio", documento em que expressam seu apoio à candidatura Tancredo Neves e reivindicam a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e outras dezessete medidas, dentre elas a necessidade de "dignidade nacional no trato da dívida externa" e "o fim da impunidade instituída para os chamados crimes de colarinho branco, reabilitando a moralidade na condução da coisa pública".

A Carta foi uma iniciativa dos seis parlamentares do PDS fluminense engajados na Frente Liberal, que prepararam um texto inicial submetido depois à bancada do PMDB. O deputado Nelson Sabrá (PDS), um dos idealizadores da Carta, afirmou

que o documento será entregue a Tancredo Neves no dia 19, em Brasília, quando será lançado o novo partido.

A necessidade da convocação da Assembleia Constituinte é a primeira das medidas reivindicadas, que incluem retomada do desenvolvimento, reforma partidária, redução do mandato presidencial, prioridade para os sistemas de produção sobre os de capitalização, reforma tributária e nova legislação sindical, entre outros itens.

Documento do PMDB

Embora o compromisso da convocação de Constituinte conste do programa da Aliança Democrática, parlamentares peemedebistas de diferentes tendências mostram-se preocupados em obter do candidato

Tancredo Neves a promessa de soluções imediatas para algumas questões econômico-sociais e políticas que se refletem mais negativamente na vida do País.

Em Brasília, na última reunião da Executiva Nacional do PMDB, terça-feira, o 1º secretário do partido, Roberto Cardoso Alves, propôs a designação de uma comissão especial incumbida de "identificar na Constituição os artigos que constituem o fundamento do arbítrio, para extirpá-los através de uma reforma constitucional imediata, sem prejuízo da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte". Na próxima reunião da Executiva essa proposta será objeto de deliberação.

Para facilitar a adoção das reformas mais urgentes, o deputado

mineiro Luiz Guedes está recolhendo assinaturas a uma proposta que visa a reduzir de dois terços para maioria absoluta o quórum de votação das emendas constitucionais. Tal redução, para alguns peemedebistas, teria a inconveniência de conferir já ao atual Congresso a condição constituinte, pois mais de 120 propostas de emenda constitucional estão em tramitação e inevitavelmente dezenas de outras seriam apresentadas, sob estímulo do quórum reduzido.

Ao lado dessas propostas de Roberto Cardoso Alves e Luiz Guedes, um grupo de parlamentares liderado pelo senador Severo Gomes já definiu propostas concretas para a solução dos problemas econômico-sociais através de documento encaminhado quarta-feira ao presidente do partido Ulysses Guimarães.